



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

INCRA – SR 18(PB)

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional na Paraíba

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
ATES - Assistência Técnica Social e Ambiental
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CD - Conselho Diretor
CDR - Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRC - Conselho Regional de Certificação
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DOU - Diário Oficial da União
EJA - Educação de Jovens e Adultos
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GRU - Guia de Recolhimento da União
GUT - Grau de Utilização da Terra
HA - hectare
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAS - Licença Ambiental Simplificada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ND - Natureza da Despesa
NE - Norma de Execução
NTGIR - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais
PA - Projeto de Assentamento
PB - Paraíba
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PEE - Plano Ecológico Econômico
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISPROT - Sistema de protocolo
SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Quadro 1 – Identificação da UJ

Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1

Quadro 3 – Resultados Estratégicos Previstos – Objetivo 1

Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Quadro 5 – Execução descentralizada de recursos

Quadro 6 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro 7 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários

Quadro 8 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Quadro 9 - Características dos pedidos de acesso à informação

Quadro 10 – Temas mais requeridos de informações

Quadro 11 - Principais despesas liquidadas por ação de governo (em milhares de reais)

Quadro 12 - Principais despesas da Ação 2000 no exercício de 2016 (em milhares de reais)

Quadro 13 - Principais despesas liquidadas por natureza de despesa (em milhares de reais)

Quadro 14 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Tabela 1 – Quantitativo de servidores ativos lotados na SR(18)PB

Sumário

1- Apresentação	6
2- Visão geral da unidade prestadora de contas.....	7
2.1- Identificação da unidade	7
3- Planejamento organizacional e resultados.....	8
3.1- Planejamento e resultados alcançados.....	8
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos.....	10
3.3- Desempenho operacional	11
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	37
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna.....	37
4.2- Gestão de riscos e controles internos	37
5- Áreas especiais da gestão.....	39
5.1- Gestão de pessoas	39
6- Relacionamento com a sociedade.....	43
6.1- Canais de acesso do cidadão	43
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro.....	45
7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício	45
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	47
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	48
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	50
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	50
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	50
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	50
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	50
9- Anexos e apêndices.....	51
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	51
9.2- Resultado do atendimento ao público externo	53
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	55

1- Apresentação

A reforma agrária tem o objetivo de constituir um novo regramento das normas disciplinando a estrutura agrária do país, tendo em vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, consequentemente melhorando também a qualidade de vida das pessoas do campo, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnicas apropriadas. O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

O Incra vem procurando envolver cada vez mais os governos estaduais e municipais, neste contexto visando atender as populações em situação de vulnerabilidade social, garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas, promover a igualdade de gênero, além de garantir aos assentados educação, cultura e a seguridade social.

Assim, nesse contexto, construímos o nosso Relatório de Gestão, focado na melhor distribuição e uso das terras, e consequentemente na busca de um meio rural mais igualitário e justo para população do campo e das cidades.

Em conformidade com as disposições da Decisão Normativa - TCU N° 154, de 19 de outubro de 2016, Decisão Normativa - TCU N° 156, de 30 de novembro de 2016, combinado com a Portaria - TCU N° 59, de 17 de janeiro de 2017, o Relatório de Gestão da Superintendência Regional do INCRA na Paraíba (SR-18) foi elaborado mediante Ordem de Serviço nº 16, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 11, em 13 de março de 2017.

As metas físicas e orçamentárias alcançadas pela Superintendência Regional da Paraíba devem ser analisadas com os aspectos da vida social, política e financeira da nação, não há como ser diferente, pois estamos todos inseridos num mesmo contexto. Faz-se necessário ressaltar que os indicadores de execução refletem percentuais de metas executadas levando em consideração o ciclo de planejamento e avaliação institucional do órgão que não coincide com o exercício orçamentário, sendo o ciclo de abril a maio. As dificuldades no exercício em razão da crise econômica afetaram diretamente a execução da Superintendência e foram um fator de dificuldade no cumprimento das metas.

A reflexão dos gestores da superintendência sobre os macroprocessos de apoio finalísticos diante da demanda por mais eficiência na utilização dos recursos financeiros e operacionais cada vez mais escassos e por melhoria dos resultados para o público direto do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da estrutura fundiária é oportunizada pelo Relatório de Gestão do exercício 2016. Durante o exercício acompanhamos mais de perto as ações e metas pactuadas, visando superar a dificuldade orçamentária e financeira apresentada.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Denominação Completa: Superintendência Regional do Incra na Paraíba		
Denominação Abreviada: INCRA-SR(18)PB		
Natureza jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 03.375.972/0022-95
Principal atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 4140	Código LOA: NA	Código SIAFI: 373047
Contatos		
Telefones/fax: 83 3049-9200 / 83 3049-9204		
Endereço postal: Rua Desportista Aurélio Rocha, 592 - Bairro dos Estados. CEP: 58.031-000, João Pessoa-PB		
Endereço eletrônico: incrapb@jpa.incra.gov.br		
Página na internet: www.incra.gov.pb		
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
Não se aplica à natureza da Unidade		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

3.1.1- Objetivo estratégico 1

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

i. Descrição

Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
- Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido.	Famílias	4.194	848
- Número de famílias atendidas com assistência técnica.	Famílias	12.144	12.149
- Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento.	Famílias	0	5.260
- Número de créditos instalação supervisionados.	Créditos Supervisionados	4.194	848
- Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental.	PA monitorado	2	5
- Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR.	CAR requerido	4	7
- Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.	Nº profissionais em capacitação	0	0
- Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA.	Trabalhadores rurais em alfabetização	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A meta de concessão de crédito instalação às famílias assentadas foi estabelecida inicialmente em função da previsão de atendimento de assessoria técnica, social e ambiental, com previsão de atividade de elaboração de projetos produtivos e acompanhamento regular às famílias atendidas. Com a restrição cadastral apontada pelo Acórdão/TCU nº 775, e ainda a suspensão dos serviços de ATES em maio/16, esta meta foi parcialmente prejudicada, restando o atendimento à 848 famílias beneficiárias do PNRA.

A ação de Terra Sol não teve recurso orçamentário descentralizado no exercício. Com relação à ação de infraestrutura, foram realizadas duas Dispensas de Licitação ao final do exercício, de nº 03 e 04/16 objetivando a contratação de 139 sistemas de abastecimento (poços) em vários PA's.

iii. Resultados estratégicos previstos

Quadro 3 – Resultados Estratégicos Previstos – Objetivo 1

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Fomentar a estruturação produtiva das famílias assentadas a partir da concessão de créditos, do acompanhamento técnico e organização dos arranjos produtivos, e da gestão ambiental nos projetos de assentamentos do Estado da Paraíba.	Fomentar, a partir do nível de estruturação produtiva das famílias assentadas o acesso aos créditos produtivos via PRONAF visando maior autonomia e assegurando-lhes renda suficiente para o início dos procedimentos de consolidação das áreas.	

3.1.2- Objetivo estratégico 2

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

i. Descrição

Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel gerenciado	5.747	6.790
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral Realizada	Área fiscalizada	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos Mantidos	Sistema mantido	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União Diagnosticados	Área Diagnosticada	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBio	Área Diagnosticada	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóvel Georreferenciado	0	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Famílias atendidas	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A análise detalhada das informações será apresentada no item 3.3.1.

iii. Resultados estratégicos previstos

A análise detalhada das informações será apresentada no item 3.3.1.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Não foram realizadas transferências voluntárias de recurso no ano de 2016, nem havia termos vigentes no período correspondente.

Quadro 5 – Execução descentralizada de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	0	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados	0	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual (LOA) ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência.

Quadro 6 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária

Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	5747	6790	R\$ 76.958,00	R\$ 37.982,50	R\$ 30.327,13	R\$ 26.817,63	R\$ 26.817,63	R\$ 0,00
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	0	5	R\$ 0,00	R\$ 95.800,00	R\$ 65.145,79	R\$ 54.044,89	R\$ 54.044,89	R\$ 0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	0	50	R\$ 43.828,67	R\$ 43.828,67	R\$ 28.843,88	R\$ 21.909,77	R\$ 21.909,77	R\$ 6.934,11
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare	237	119	R\$ 0,00	R\$ 680.315,08	R\$ 680.315,08	R\$ 680.315,08	R\$ 70.027,95	R\$ 610.287,13

Execução de restos a pagar									
Descrição		Execução física			Execução de Restos a Pagar				
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	RAP inscritos	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	5747	6790	R\$ 8.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.500,00	R\$ 0,00
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	0	5	R\$ 1.771,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.771,00	R\$ 0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	0	0	R\$ 7.118,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 6.118,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare	119	0	R\$ 610.287,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 610.287,13	R\$ 0,00

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária têm a competência de coordenar e supervisionar o Cadastro Rural, a Cartografia, a Regularização Fundiária e a Regularização de Territórios Quilombolas, desenvolvendo para tanto ações com o objetivo de aumentar a governança sobre a malha fundiária; gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos desta Autarquia; realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade; controlar a aquisição e arrendamento de imóveis por estrangeiros; proceder à certificação dos imóveis rurais; e combater a grilagem de terra pública.

Os sistemas que dão suporte aos trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária são os seguintes: Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR); Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF); Sistema Nacional de Certificação de Imóveis (SNCI); e Sistema de Protocolo (SISPROT).

O Cadastro Rural executa as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), com o objetivo de analisar a consistência de atualizações cadastrais; avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; acompanhar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) e sua integração ao SNCR; propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR; desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

A Meta Física prevista era de 5.747 imóveis gerenciados e fiscalizados, como meta orçamentária de R\$ 76.958,00 (Setenta e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais), sendo que foi executado um total 7.955 imóveis gerenciados e fiscalizados, ou seja, imóveis com atualizações cadastrais no SNCR, com uma despesa líquida de R\$ 66.399,25 (sessenta seis trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), alcançando-se desta forma um número superior de imóveis atualizados com relação à meta prevista, gastando-se menos do que o orçamento previsto para o exercício, demonstrando dessa forma a capacidade técnica no âmbito desta Superintendência Regional com a demanda apresentada.

À Cartografia compete analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação (CRC); executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país;

adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica.

Em 2016 foram iniciados georreferenciamentos de 5 (cinco) Projetos de Assentamento, sendo eles:

PA	Município	Área (ha)	Levantamento
Nova Tatiane	Pedras de Fogo	155,2402	Perímetro
Santa Terezinha	Pedras de Fogo	433,6900	Perímetro
Santa Verônica	Damião	1108,0643	Perímetro
Nova Margarida	Alagoa Grande	860,4347	Perímetro
Nova Vida	Pitimbu	906,2446	Perímetro

A Regularização Fundiária compete realizar a discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/Incra, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; elaborar o Plano Ecológico Econômico (PEE); analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira.

A Regularização de Territórios Quilombolas compete identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; realizar as atividades e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; executar o levantamento dos ocupantes não quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI); propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território não quilombola incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Desde a implantação do Sistema de Gestão Fundiária, em setembro de 2013 não são mais protocolados processos de certificação.

O procedimento de certificação é realizado completamente de modo digital, através do SIGEF, estabelecido com a 3ª Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – NTGIR.

Todo e qualquer requerimento que necessite de análise, esta é feita dentro do próprio sistema. Isso justifica o preenchimento da tabela de “Rendimento na análise de processos de certificação”. Contudo, de acordo com as estatísticas do SIGEF podemos informar que:

- 875 imóveis foram certificados em 2016;
- 73 requerimentos foram analisados pelo Comitê Regional de Certificação dentro do SIGEF.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Os resultados das atividades de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas podem ser aferidos em pelo menos duas etapas: na publicação dos RTIDs nos diários oficiais e no momento da avaliação/indenização e imissão de posse do INCRA nas terras identificadas. Uma vez que os Relatórios Antropológicos são peças de grande importância na elaboração dos RTIDs, sua conclusão também constitui um marco importante no andamento destes processos. No entanto, é fundamental salientar que dificuldades na identificação e notificação dos proprietários incidentes no perímetro pleiteado pelas comunidades tem se mostrado um fator importante na morosidade dos processos. Tal identificação inclui não somente o conhecimento do nome e do local onde estes proprietários podem ser encontrados, mas na obtenção dos documentos de registro de seus imóveis nos cartórios.

Em 216 foi feita a avaliação das terras inseridas nos territórios das comunidades Quilombolas do Vaca Morta (Diamante), Caiana dos Crioulos (Mogeyro) e Pedra D'Água (Ingá) e, ajuizamento das ações de desapropriação de Grilo e Matão.

Publicação nos Diários Oficiais da União e do Estado dos RTIDs das Comunidades Quilombolas de Mundo Novo (Areia); Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande, Matinhas e Massaranduba) e de Vaca Morta (Diamante).

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária baseia-se em uma estratégia de mobilidade funcional e logística de abrangência sistêmica, contando com o envolvimento das outras Divisões, sendo feito levantamento de dados e monitoramento das atividades realizadas;

mensalmente são apresentados dados dos trabalhos realizados, através de extratos das atividades, prestações de contas e acompanhamento dos processos administrativos via sistema próprio (Sisprot); fichas individuais com as metas e avaliações para aferição da gratificação de desempenho recebida pelos servidores.

Grande parte das atividades do Cadastro Rural é sistematizada e instruída por meio de manuais e procedimentos próprios determinados pelo INCRA. As Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais são a partir de abril de 2015 não mais utilizam os antigos formulários, e sim são digitados diretamente no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, com a sua comprovação ocorrendo por meio de documentação pessoais e jurídicas (Certidões Cartorárias). Dessa forma, o controle é feito todo pelo sistema, inclusive com registros de IP do computador e geração de relatórios gerencias expedidos pelo SERPRO e consultas no próprio sistema com a senha do Gestor do SNCR.

Outros procedimentos exigem a abertura de processo administrativo específico, com controle por meio também informatizado, denominado “SISPROT”, onde constam todas as tramitações dos processos. Demais atividades de rotinas administrativas são prestadas por meio de informações escritas e numeradas sequencialmente com controle por livros de protocolo.

No que diz respeito aos procedimentos de atendimento aos processos de certificação de imóveis rurais, com a vigência do SIGEF o responsável técnico dá entrada em sua solicitação de Certificação digitalmente no Sistema, onde, caso não haja nenhuma pendência, a Certificação sai automaticamente. Quando ocorre alguma pendência que torna impeditiva para a certificação, o sistema manda uma notificação para o fiscal do comitê, que verifica o que houve e, informa ao responsável técnico se a certificação pode ou não ocorrer, deferindo ou indeferindo o pedido, sem a necessidade de enviar correspondência com AR's, resultando desta forma em uma celeridade ao processo de certificação, acelerando inclusive a comunicação entre o fiscal do comitê e o responsável técnico.

A comunicação com os cartórios é realizada geralmente pelo fiscal de cadastro solicitando algum dado relativo ao imóvel ou auxiliando os mesmos em algum questionamento.

O Serviço de Regularização de Territórios quilombolas atua na identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em resposta ao que manda o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. As ações para atingir este objetivo estão esboçadas no Decreto 4887/2003 e regulamentadas pela Instrução Normativa Incra nº 57 de outubro de 2009, que prevê a produção de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – o RTID, cujo conteúdo deve contemplar aspectos históricos, sociais, ambientais e dominiais da comunidade demandante e das terras que compõem o seu território.

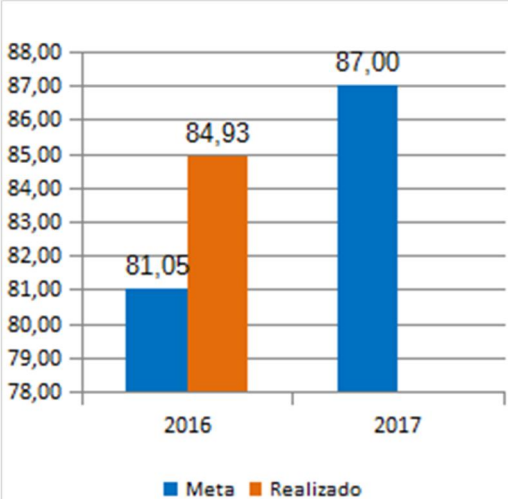
A fase de elaboração do RTID demanda recursos para a realização de reuniões de esclarecimento na comunidade; para o deslocamento de técnicos a campo com o intuito de coletar os dados necessários à elaboração do Relatório Antropológico, do Relatório Ambiental, do levantamento dominial e das notificações dos detentores de títulos incidentes no território

pleiteado; do cadastramento das famílias quilombolas e identificação das famílias não quilombolas ocupantes do território pleiteado e para a confecção do mapa e memorial descritivo do território identificado.

A elaboração do RTID pode demandar recursos também para o pagamento de Serviços Contratados a terceiros para elaboração dos Relatórios Antropológicos. Finalmente, ainda nesta fase processual, há demanda de recursos quando da necessidade de publicar editais de notificação de proprietários de terras incidentes no perímetro identificado em jornais de grande circulação e na publicação de resumo do RTID nos diários oficiais da união e do estado.

Em fase posterior do processo – após a publicação do resumo do RTID nos diários oficiais, da recepção e resposta às contestações porventura recebidas ao RTID e da publicação, por parte da Presidência do INCRA, da Portaria de Reconhecimento do território quilombola, havendo sobreposição do território com terras de particulares, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas encaminha os documentos necessários para a publicação de Decreto de Desapropriação, após o que deverão ser executadas as ações necessárias à avaliação e indenização dos imóveis decretados.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de cadastramento de imóveis rurais										
Gráfico	Análise do indicador de desempenho apresentado no gráfico									
 <table><caption>Dados do Gráfico</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>81,05</td><td>84,93</td></tr><tr><td>2017</td><td>87,00</td><td>-</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	81,05	84,93	2017	87,00	-	MEMÓRIA DE CÁLCULO Média da evolução dos anos 2012/2013 e 2014/2015. 2016 = 4.795.657,5649 ha 2017 = 4.939.527,2868 ha Fonte SNCR.
Ano	Meta	Realizado								
2016	81,05	84,93								
2017	87,00	-								

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 7 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários

Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211B	Vistoria e avaliação para obtenção de Imóveis Rurais	hectare	3.098	6.699	R\$ 211.547,00	R\$ 211.547,00	R\$ 193.336,11	R\$ 177.302,92	R\$ 177.302,92	R\$ 16.003,19
211B	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias	Família Assentada	31	283	R\$ 61.796,00	R\$ 61.796,00	R\$ 37.364,46	R\$ 14.128,46	R\$ 14.128,46	R\$ 23.236,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	hectare	-	630	-	R\$ 194.857,71	R\$ 194.650,35	R\$ 194.650,35	R\$ 170.950,53	R\$ 23.669,82
211B	Pagamento de Indenizações complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	hectare	-	703	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento	2	5		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida	4	7		R\$ 50.000,00	47.629,07	47.629,07	47.629,07	R\$ 0,00

Execução de restos a pagar								
Descrição		Execução física			Execução Orçamentária e Financeira			
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e avaliação de Imóveis Rurais	hectares	3.098	6.699	R\$ 13.577,00	R\$ 0,00	R\$ 13.400,00	R\$ 177,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias	famílias	31	283	R\$ 21.058,50	R\$ 2.900,00	R\$ 18.158,50	R\$ 0,00

A ação descrita no item 3.3.2, que se refere à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, engloba vários atos que são necessários para conclusão dos trabalhos de vistoria e avaliação dos imóveis rurais, tendo sua base principal, a verificação da função social da propriedade.

Além da verificação da função social da propriedade, temos como componente desta ação o cadastro, a seleção e a homologação de famílias para o PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária.

Como em anos anteriores, esta ação foi, durante o exercício de 2016, influenciada pelo aspecto climático, materializado na longa estiagem que vem sendo, durante vários anos, o maior problema vivido pelo homem do campo, notadamente no Nordeste Brasileiro, já que perdura nessa região por mais de cinco anos. Esse fenômeno tem causado, nesse e em exercícios anteriores, consideráveis perdas na agropecuária, tanto do Estado da Paraíba como de toda região nordestina, levando os Governos Estaduais a decretarem situação de emergência na quase totalidade dos municípios nordestinos.

Dessa forma as ações do INCRA que se referem a vistoria e avaliação de imóveis rurais tem sido impactada por essa realidade climática sobre tais vistorias, nos municípios atingidos pela estiagem durante vários anos consecutivos, já que certamente teríamos com resultado a improdutividade desses imóveis. O caso fortuito, como é considerando esse fenômeno, ensejaria qualquer ação de impugnação do resultado no que resultaria provavelmente, em nulidade do processo administrativo.

Os princípios da cautela, da economicidade e a responsabilidade com os recursos públicos, obrigaram-nos à redução desta atividade. Assim, foram priorizadas as ações de conclusão de vistorias iniciadas no exercício anterior.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
ANGICOS E OLHO D'ÁGUA	CAMPINA GRANDE	1.416,4841
FAZENDA TARUMÃ	PEDRAS DE FOGO	150,0000
FAZENDA BOI DE BRITO	PATOS	234,3980
GUARANÁ/SERTÃOZINHO	PIRIPITUBA	570,0000
FAZENDA VELOSO	CASSERENGUE	250,0000
TOTAL DE ÁREA		2.620,8821

A meta de Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis rurais no exercício de 2016 para a Superintendência Regional do Incra na Paraíba foi era de 3.098 hectares. Tivemos uma execução física de 6.699,08 hectares, o que demonstra, na realidade a execução de processos de vistoria oriundos de outros exercícios.

Informamos também que nesta ação estão incluídas as despesas para a realização da atualização da Planilha de Preço Referencial – PPR, o acompanhamento de perícias judiciais em campo, a pesquisa cartorária bem como a elaboração de cadeias dominiais, impactando de forma contundente na execução financeira.

Também é componente desta o trabalho referente ao Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas no PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária. Como meta para o exercício de 2016, estabeleceu-se o assentamento de 31 famílias em função da baixo número de imóveis desapropriados ou com imissão em vigor.

Entretanto, em que pese o bloqueio do SIPRA – Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária, em função do acórdão TCU-775/2016, a partir do esforço concentrado de toda a equipe da Divisão de Obtenção de Terras foi possível o assentamento de 283 famílias, sendo 31 jovens e 88 mulheres, em vagas surgidas nos Projetos de Assentamento já existentes tendo em vista as ações de fiscalização dos lotes vagos.

Ação 211B - Pagamento de Indenização Inicial nas aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária - Refere-se aos valores destinados aos TDAs - Títulos da Dívida Agrária relativos ao valor da terra nua e ao pagamento das benfeitorias existentes no imóvel objeto da desapropriação. Vale salientar que os Títulos da Dívida Agrária são empenhados pela Sede do Incra, cabendo à Superintendência Regional o pagamento das benfeitorias e sobras de TDA.

No exercício de 2016 não tivemos estipulação de meta para a SR-18/PB, já que todo o recurso fica concentrado na Sede. A partir de necessidade concreta é solicitado o montante à Sede que descentraliza tais recursos. Para este exercício a execução física foi de 630,0000 hectares referente à obtenção do imóvel rural denominado Fazenda Poço, localizado no Município de Barra de São Miguel. Para promover o pagamento o imóvel acima citado foi disponibilizado o montante de R\$194.857,71 e deste valor foi empenhado o montante de R\$194.650,35 para e devido pagamento das benfeitorias. No que se refere ao pagamento de indenizações complementares dos processos de desapropriação de imóveis rurais para Reforma Agrária tivemos como área indenizada, um total de 702,50 hectares.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Além das ofertas de imóveis ofertados para aquisição pelo processo de compra e venda preconizado no Decreto 433/92, a estratégia para prospecção de terras públicas e privadas a serem utilizadas no PNRA, no âmbito da Superintendência Regional da Paraíba, são traduzidas invariavelmente pelas demandas apresentadas pelos movimentos sociais, consubstanciadas nos dados do SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural e nos dados do Diagnóstico Regional da Divisão de Obtenção de Terras.

O gargalo que se apresenta nesse momento do processo de obtenção de terras, diz respeito à relação com certos cartórios de imóveis. Entretanto a partir da obtenção de certidões de imóveis rurais, nos é permitido solicitar a abertura de processos administrativos para vistorias dos imóveis identificados.

Um aspecto importante a se considerar diz respeito à presença de acampamento de trabalhadores rurais sem terra bem como o aspecto fundiário do município de localização, que definem de certa forma, a estratégia de atuação da Divisão de Obtenção de Terras. Essa demanda por terra dos movimentos sociais, que tem nos acampamentos, sua expressão maior, tem

impulsionado o órgão na árdua tarefa de desapropriação de terras para o assentamento das famílias. A desapropriação-sanção tem sido ao longo do tempo a modalidade de obtenção de terras que mais se evidencia, a partir da constatação de que a propriedade não atende à sua função social.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Quando da elaboração do LVA – Laudo de Vistoria e Avaliação, o passivo ambiental porventura existente no imóvel rural vistoriado é quantificado e seus valores são descontados do valor total do imóvel. Esse valor é incluído na planilha de homogeneização dos dados coletados durante a vistoria de avaliação.

Desta forma, os valores descontados servem, em tese, para à recomposição de áreas de Reserva Legal - RL e de Preservação Permanente - APP, já que são efetuados quando da avaliação do imóvel. Assim, o INCRA utiliza a própria planilha usada para definição do valor de mercado do imóvel para, naquele momento, efetuar o desconto do valor do passivo que é calculado por técnico da área de meio ambiente, visando a uma futura reposição da cobertura vegetal característica do respectivo Bioma.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Quanto à estratégia de regularização ambiental dos projetos de assentamento, temos que a partir de julho de 2013, com a edição da Resolução Conama 458/2013 e a consequente revogação da Resolução Conama 387/2006, apenas as atividades de infraestrutura e procedimentos agrossilvipastoris estão sendo licenciadas por meio de licença ambiental simplificada (LAS) com solicitação direta do próprio assentado com a assessoria das entidades de ATES.

Durante o exercício de 2016, a Superintendência Regional da Paraíba houve o acompanhamento e a execução do Cadastro Ambiental Rural dos seguintes Projetos de Assentamentos: 25 de Julho, Beira Rio, Boa Fé, Cabano, Cantinho, Canudos, Irmã Doroth Stang, Juazeiro I, Lampião, Mãe Rainha I, Maravalha, Maria Paz, Mata de Vara, Mata Verde, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora Aparecida II, Corvoadas I, Nova Conquista I, Nova espinharas, Rosa Luxemburgo, Santa Terezinha, Senhor do Bomfim, Trinchiras de Carnoió, Vitória e Santa Cecília.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica a esta Superintendência.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda – Dec.433/92	518	03/mar/2014 a 31/dez/2016	DT/DD/DA
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do INCRA	5.464	03/maio/2014 a 31/dez/2017	DT/DD/DA/PFE
Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros	2.478	03/mai/2014 a 31/dez/2018	DT/DD/DA

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

No âmbito da Divisão de Obtenção de terras, a estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária se dá a partir das demandas apresentadas e com a inscrição das famílias no PNRA na condição acampado. Entretanto o atendimento pelo INCRA depende fundamentalmente da existência da terra e da possibilidade de desapropriação para assentamento. A partir desses pontos, solicitam-se aos cartórios as certidões referentes aos imóveis em pauta e dá-se início a todo o processo de obtenção de terras.

Apesar dos projetos de assentamento já criados, o número de famílias acampadas no Estado da Paraíba ao final do ano de 2016 girava em torno 3.000 famílias. Percebe-se que esta é uma demanda sempre crescente e o INCRA não tem apresentado condições de atendimento em curto e médio prazo, haja vista depender essencialmente das desapropriações de áreas, que tem seu ritmo próprio emanado a partir de legislação específica.

Entendemos que a dificuldade na realização de vistorias para obtenção onerosa de novas áreas nos forçará na busca de alternativas outras de aquisição de terras, como a compra e venda

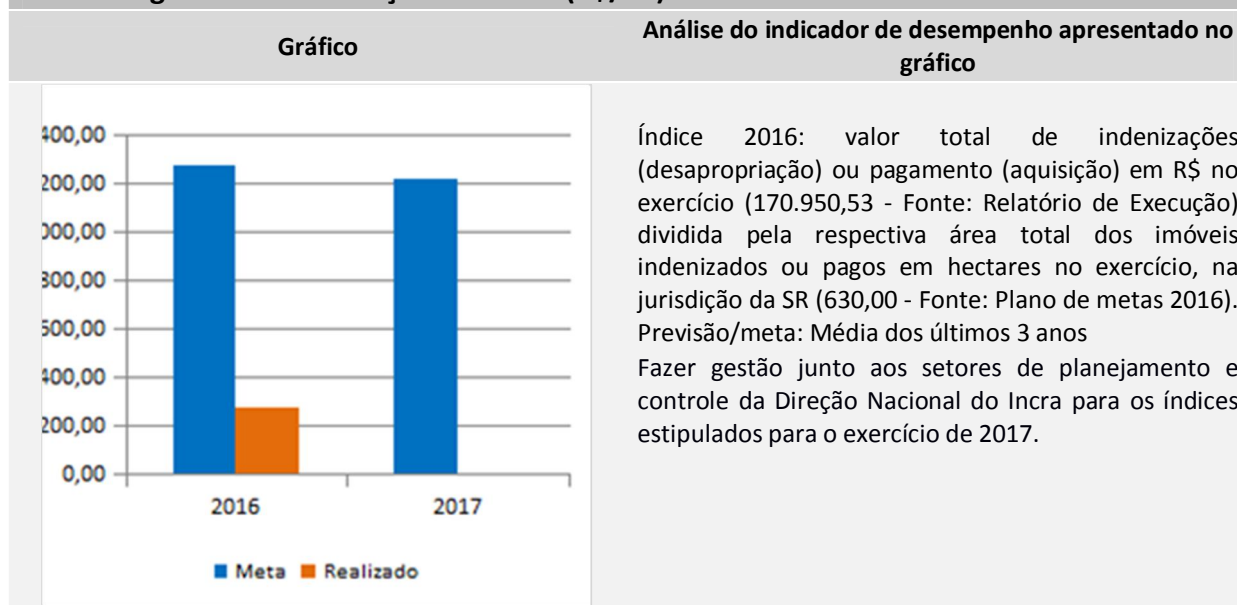
instituída pelo decreto 433, além de aquisições não onerosas junto a outros entes da administração pública. Nesse contexto, no que se refere ao assentamento de famílias no exercício de 2016, fica evidenciado de forma bastante clara que esta ação foi totalmente obstruída a partir da ação do TCU.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

O controle da execução das atividades é realizado de forma contínua e permanente, com a apresentação, pelas Divisões, de relatórios mensais de monitoramento das ações de suas responsabilidades. Tais relatórios são remetidos ao setor de Planejamento e Controle desta Superintendência Regional, que tem a responsabilidade pelo preenchimento do Sistema de Informações Rurais – SIR.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)



Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico

Análise do indicador de desempenho apresentado no gráfico



Essa meta depende de demanda espontânea.

Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (195 - Fonte: Serviço de Meio Ambiente da regional) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (261 - Fonte: Serviço de Meio Ambiente da regional) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 8 – Demonstração dos resultados da execução física e financeira do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	12017	12149	R\$ 0,00	R\$ 12.450.077,32	R\$ 12.389.062,03	R\$ 10.357.133,15	R\$ 8.449.240,07	R\$ 1.907.893,08
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	212	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	700	0	R\$ 0,00	R\$ 5.308.334,70	R\$ 4.072.815,40	R\$ 98.455,63	R\$ 98.455,63	R\$ 0,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade	0	0	R\$ 0,00	R\$ 14.000,00	R\$ 13.066,05	R\$ 11.066,05	R\$ 11.066,05	R\$ 0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	3645	0*	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 69.439,19	R\$ 68.929,19	R\$ 68.929,19	R\$ 0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	381	0*	R\$ 0,00	R\$ 245.000,00	R\$ 195.582,41	R\$ 156.112,17	R\$ 156.112,17	R\$ 0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	95	95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	1754	1408	R\$ 0,00	R\$ 115.000,00	R\$ 89.415,71	R\$ 63.126,51	R\$ 63.126,51	R\$ 0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	0	0	R\$ 4.250,00	R\$ 6.489,00	R\$ 5.249,29	R\$ 4.833,53	R\$ 4.833,53	R\$ 0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a RA	Profissional Formado / unidade	48	22	R\$ 378.885,00	R\$ 3.098,00	R\$ 2.463,40	R\$ 2.463,40	R\$ 2.463,40	R\$ 0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Ass. Téc. E Social	Profissional Capacitado / unidade	73	73	R\$ 0,00	R\$ 11.135,00	R\$ 6.702,45	R\$ 6.702,45	R\$ 6.702,45	R\$ 0,00

Execução de restos a pagar								
Descrição		Execução física			Execução Orçamentária e Financeira			
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	12.017	12.149	R\$ 5.249.613,57	R\$ 0,00	R\$ 4.895.204,40	R\$ 365.542,89
210W	Brasil Sem Miséria – Documentação da Trabalhadora Rural	Documentação concedida	0	0	R\$ 2.811,38	R\$ 0,00	R\$ 2.811,38	R\$ 0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	337	0	R\$ 51.108,09	R\$ 0,00	R\$ 51.108,09	R\$ 17.042,78
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade	297	0	R\$ 3.020,00	R\$ 0,00	R\$ 3.020,00	R\$ 0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	189	762	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A infraestrutura em Projetos de Assentamentos compreende basicamente as obras de acesso viário, as de eletrificação, as de sistemas abastecimento d'água e as de água para produção. A construção de unidades familiares nos Projetos de Assentamentos, antes atendida com recursos do crédito instalação/INCRA, hoje faz parte da demanda do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR do Programa Minha Casa Minha Vida, com Meta Física e Orçamentária definida pelo Ministério das Cidades.

Via de regra, os imóveis desapropriados já possuem uma infraestrutura mínima existente, quais sejam: Eletrificação, acesso viário, açudes, aguadas, casa sede, cercas de perímetro, etc. A partir da instalação das famílias assentadas, das definições quanto ao parcelamento em lotes e da área destinada à construção das moradias, são melhores estruturadas as ações de infraestrutura no projeto de assentamento.

Há uma demanda, sempre crescente por serviços de limpeza/recuperação de açudes e aguadas nos projetos de assentamentos. Essenciais como estratégia de convivência com a estiagem no semiárido, de forma a promover uma maior reservação de água seja para consumo, seja para produção. A Superintendência Regional da Paraíba tem tentado ampliar parcerias com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais de forma ao atendimento desta demanda, já que a maioria dos municípios receberam equipamentos do PAC2, através do antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário, e informam da dificuldade em custear sozinhos tais serviços de infraestrutura.

Ao final do exercício de 2016, a Superintendência Regional realizou as Dispensas de Licitação nº03 e 04/2016 objetivando a Contratação de empresas de Engenharia para instalação de 139 Sistemas de Abastecimento (Poços, Catavento e Chafariz) em vários Projetos de Assentamentos, atendendo um público de 5.256 famílias assentadas. E ainda limitou sua atuação ao acompanhamento e recebimento das obras Contratadas em exercícios anteriores.

O montante de recursos descentralizados para a Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em Projetos de Assentamentos foi de R\$ 5.308.334,70.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A atividade de supervisão/acompanhamento em Projetos de Assentamentos na Superintendência Regional da Paraíba é realizada pelas equipes técnicas de desenvolvimento e com atendimento segundo lógica territorial. Compreendeu-se que a conformação da distribuição/lotes dos Projetos de Assentamentos atendidos pelos contratos de Assessoria Técnica Social e Ambiental, ofereciam uma base inicial em que se pudesse conciliar o acompanhamento por parte dos servidores de forma integrada e multisetorial (ex. Acompanhamento da concessão de créditos instalação, Assessoria Técnica – ATER e Supervisão Ocupacional).

Os trabalhos de supervisão Ocupacional estão divididos entre os 11 territórios/regiões, que correspondem ao Lotes dos contratos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, sejam eles: Zona da Mata Sul, Zona da Mata Norte, Vale do Paraíba, Entorno de Mari, Entorno de Alagoa Grande, Entorno de Bananeiras, Médio Piranhas, Alto Sertão, e Borborema, Curimataú e Médio Sertão. Estes três últimos, compreendendo também assentamentos existentes no Cariri Ocidental.

Nos demais Projetos de Assentamentos, com parte das famílias com Título de Domínio já expedidos, o acompanhamento é realizado pelo Setor de Titulação da Superintendência Regional, por ocasião de denúncias apresentadas à Superintendência Regional, ou pela vistoria de parcela que é realizada por ocasião das solicitações de levantamento de débitos para quitação de valores

Os trabalhos de supervisão e acompanhamento das famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos do Estado, acompanhados pelo INCRA-PB no ano de 2016, foi realizado prioritariamente com base na verificação das inconsistências no cadastro e seleção de famílias apontadas no Acórdão/TCU nº 775/16, o que demandou um esforço de toda a equipe de servidores das equipes de desenvolvimento para as ações administrativas de notificação, vistoria in loco, orientação, recepção e análise de defesas. Foi elaborado um Plano de Providências Regional, onde ao final do ano já haviam sido notificados cerca de 2.000 famílias para apresentação de defesa administrativa.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

A nova estrutura e objetivos dos créditos instalação do INCRA, conforme disposto no Art. 2º do Decreto nº 8.256/14:

- a. Apoio Inicial I - para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por família assentada;
- b. Apoio Inicial II - para apoiar a aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) por família assentada;
- c. Fomento - para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo da geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), dividido em duas operações de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), por família assentada; e
- d. Fomento Mulher - para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em operação única, por família assentada.

No exercício de 2016 a Superintendência Regional da Paraíba, concedeu cerca de 822 créditos às famílias assentadas nas modalidades Apoio I e Fomento Mulher, lançadas no Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação – SNCCI, perfazendo um valor de R\$ 2.463.600,00 pagas pelo agente financeiro. Esta ação de concessão de Crédito instalação foi impactada significativamente por dois motivos: A suspensão dos serviços de ATEs em maio/16 e o bloqueio dos registros de vários beneficiários junto ao SIPRA por força da medida cautelar decorrente do Acórdão/TCU Nº 775/2016. Espera-se a normalização da operacionalização desta Ação para o exercício de 2017.

2. *Agroindustrialização*

O Terra Sol é um programa de **fomento à agroindustrialização e à comercialização** por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas.

No âmbito da Superintendência Regional da Paraíba – SR-18, no ano de 2016, não houve contratação de Projeto de fomento à agroindustrialização – Terra Sol. É certo que a produção agrícola nos Projetos de Assentamentos tem sofrido uma queda significativa devido à estiagem prolongada no Estado da Paraíba, o que dificulta a manutenção da regularidade produtiva, tal fato foi representativo na baixa apresentação de propostas de projeto na Superintendência Regional por parte das Associações de assentados.

3. *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

Não houve execução desta Ação pela Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba no exercício de 2016.

4. *Educação no campo*

No exercício de 2016 as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no âmbito desta Superintendência Regional e através de sua Asseguradora, consistiram nas seguintes ações:

a) dar continuidade ao acompanhamento e supervisão da execução de 4 (quatro) cursos vinculados à Universidade Federal da Paraíba – UFPB;

b) proceder a análise, emitir parecer e acompanhar o desenvolvimento da proposta em andamento de um curso de bacharelado apresentado por professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; e,

c) planejar, executar e apoiar o desenvolvimento de ações e eventos para divulgação do Pronera, no ano das comemorações dos seus 18 anos de criação (abril/1998).

As ações acima citadas foram desenvolvidas pela Asseguradoria através de planejamento e atividades internas e externas junto aos diversos parceiros e beneficiário: acompanhamento e tramitação de processos; realização de reuniões; visitas às salas de aula com aplicação de questionários de avaliação individual junto aos alunos relativos a disciplinas e atividades desenvolvidas nos cursos etc.

A seguir, resumidamente discriminamos as atividades desenvolvidas.

Cursos de Graduação (UFPB):

- Licenciatura em Plena em História para Educadores da Reforma Agrária, iniciado em novembro de 2014 tem como data provável para conclusão em novembro de 2018. Este curso foi pactuado através do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 07 de 23.09.2014, consta do Processo Administrativo nº 54320.000869/2012-11, e conta atualmente com 35 alunos em sala de aula;
- Licenciatura em Magistério do Ensino Fundamental dos anos Iniciais, iniciado em outubro de 2015, tem previsão de conclusão para dez/2018. Foi pactuado através do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 09/2014 de 13.10.2014, consta do Processo Administrativo nº 54320.000068/2013-28, e conta atualmente com 13 alunos em sala de aula.

Cursos de "Residência Agrária Jovem" (UFPB):

Tendo como objetivo promover a capacitação teórica e prática de 120 jovens, faixa etária dos 15 a 29 anos, para a inserção consciente destes nas comunidades de origem e nos diversos espaços e agrupamentos onde se façam presentes atuando como sujeitos catalisadores e multiplicadores de ações e tecnologias alternativas voltadas ao desenvolvimento agrário, social e econômico ecologicamente sustentáveis, foram pactuados 2 (dois) cursos de extensão Pós-Médio através da Chamada Pública MCTI/MDA-INCRA/CNPQ Nº 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural. Cada curso subdividiu-se em duas turmas, tendo sido executadas no exercício 2016 as duas últimas turmas, com 30 alunos de cada. Os cursos foram:

Curso - Formação Sócio-histórica de jovens camponeses para inovação tecnológica no Semiárido paraibano. Capacitou os alunos na direção de formá-los para, compreendendo a dinâmica histórica da sociedade brasileira, no geral, e do Semiárido paraibano, em particular, se habilitarem a desenvolver técnicas e tecnologias inovadoras, sob os princípios da Agroecologia para convivência sustentável no território Semiárido da Paraíba. Isto é, produzir conhecimento científico envolvendo a juventude camponesa para auxiliar, assessorar ou desenvolver métodos produtivos que indiquem viabilidade econômica, bem-estar social e harmonia ambiental.

Curso - Juventude rural: Fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano. A promoção do desenvolvimento agrário sustentável passa pela resolução dos problemas que envolvem as juventudes do campo. O curso visou contribuir com a inserção social na busca da autonomia intelectual e econômica dos alunos. Os conteúdos abordados durante o processo de aprendizagem aprimoraram as capacidades críticas e reflexivas dos jovens, bem como instrumentalizaram em técnicas agro-ecológicas de produção agrícolas e não agrícolas, buscando o fortalecimento da identidade camponesa e a valorização das culturas e saberes locais.

Proposta do Curso Bacharelado em Relações Internacionais:

Apresentada por professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, a proposta foi aprovada pela Comissão Pedagógica Nacional do Pronera (CPN), em reunião de 30.09.2016 tendo, em seguida, sido encaminhada a esta Superintendência e Asseguradoria do Pronera (19.10.2016) para a realização junto aos proponentes das revisões e adequações necessárias conforme as diretrizes do Manual de Operações do Pronera e legislação vigente. Até o final do presente exercício (2016) tais adequações ainda estão em andamento.

Com carga horária de 3.000 horas, o curso oferecerá 50 (cinquenta) vagas destinadas a beneficiários do Pronera das Regiões Norte e Nordeste, tendo como objetivo formar, em nível de graduação, bacharéis em Relações Internacionais para atuarem nas áreas de assentamentos ou territórios da agricultura familiar, em organizações da sociedade civil, órgãos públicos e agências governamentais em nível federal, estadual ou municipal que atendam por meio de políticas públicas e ações os territórios camponeses.

Ações Comemorativas aos 18 anos do PRONERA.

Durante o exercício de 2016 e sob proposta e orientação da Coordenação Nacional de Educação do Campo e Cidadania – DDE, foram incentivados a realização em todo o território nacional de eventos para divulgação e comemoração do Pronera, nos seus 18 anos de criação (abril/1998).

Na Paraíba, a Asseguradoria do Pronera junto à Divisão de Desenvolvimento e à Assessoria de Imprensa da Superintendência Regional mobilizaram-se e, auxiliado por instituições e entidades parceiras bem como contando com a participação voluntária direta de alunos em sala de aula e egressos, se imbuíram no planejamento de ações e elaboração de material para divulgação, de forma que significativas ações foram realizadas, podendo-se citar, como a de maior relevância, a Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em 13 de junho de 2016.

Em setembro de 2016 a equipe do Pronera do Incra no estado da Paraíba recebeu a Proposta Pedagógica e Orçamentária elaborada pelos Professores Carlos Enrique RuizFerreira e Filipe Reis Melo, da Universidade Estadual da Paraíba, solicitando apoio do Pronera para a realização de um curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

Conforme a Proposta apresentada o curso terá 50 (cinquenta) vagas e serão selecionados estudantes (candidatos) beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário. A carga horária total do curso é de 3.000 horas distribuídas em períodos de tempo escola e tempo comunidade/campo. O objetivo é formar em nível de graduação bacharéis em Relações Internacionais para atuarem nas áreas de assentamentos ou territórios da agricultura familiar, em organizações da sociedade civil, órgãos públicos e agências governamentais em nível federal, estadual ou municipal que atendam por meio de políticas públicas e ações os territórios camponeses.

Essa proposta inicial foi encaminhada pela equipe do Pronera-Incra/PB para a Coordenação Nacional de Cidadania e Educação do Campo do Incra em Brasília quando foi submetida para a análise e avaliação da Comissão Pedagógica Nacional do Pronera (CPN), em reunião realizada no

período de 28, 29 e 30 de setembro de 2016. Nessa reunião a proposta apresentada obteve parecer favorável à aprovação do curso.

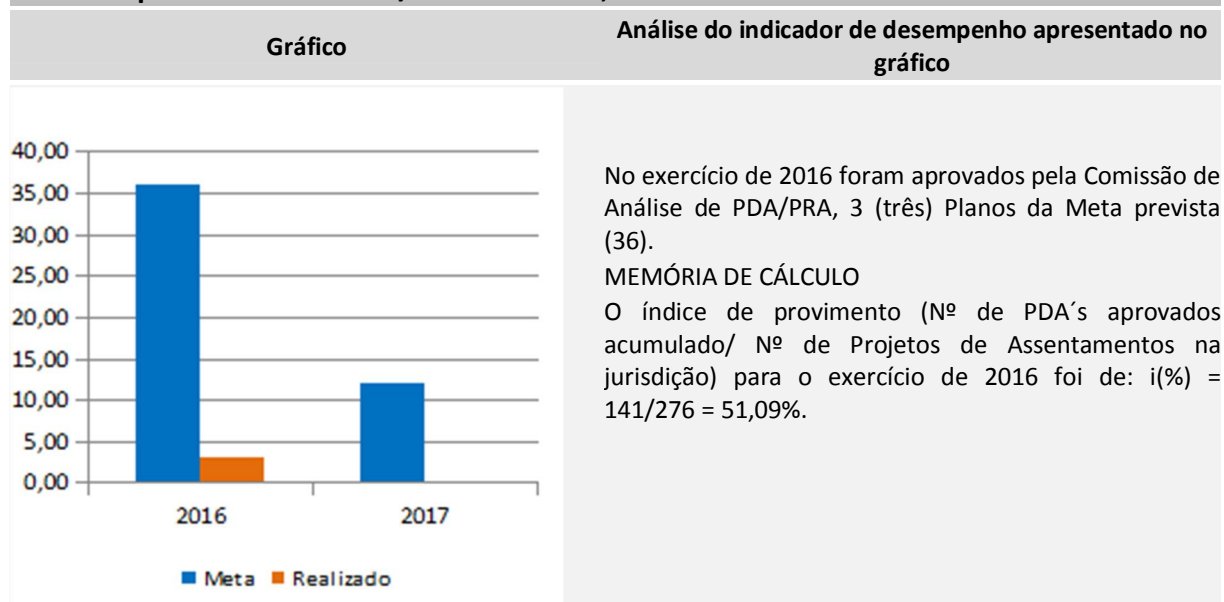
A equipe do Pronera do Incra-PB recebeu documentação da Coordenação Nacional com as instruções sobre os procedimentos iniciais, visando avaliar a possibilidade de prosseguimento do projeto e, atualmente, tem realizado, junto aos proponentes, revisões e adequações ao Manual de Operações do Pronera e à legislação vigente, em relação à Proposta apresentada.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

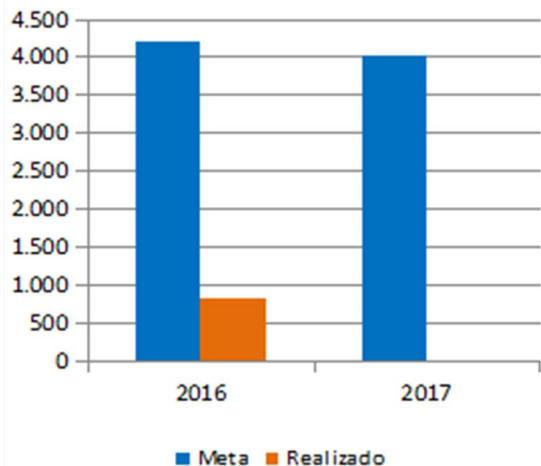
As atividades de controle do gestor referem-se ao monitoramento e controle da execução das ações de desenvolvimento, conforme orientações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA Nacional. Tal monitoramento consiste em levantamento de demandas, ajuste de planejamento e coordenação das equipes de desenvolvimento e setoriais.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

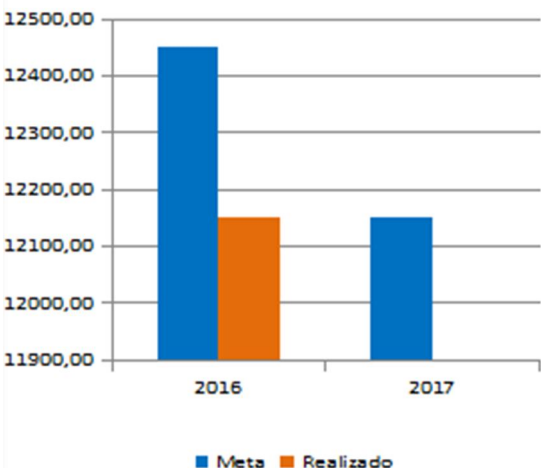
Índice de provimento de PDA/PRA 2016 = 51,09%



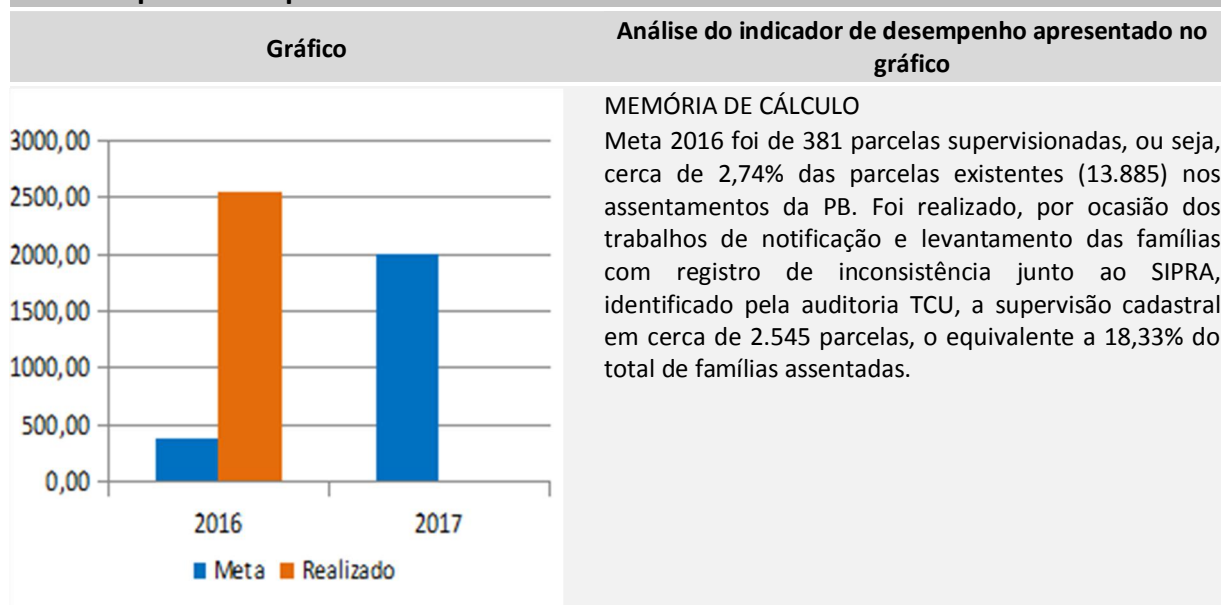
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico	Análise do indicador de desempenho apresentado no gráfico									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>~4.200</td><td>~800</td></tr><tr><td>2017</td><td>~4.000</td><td>0</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	~4.200	~800	2017	~4.000	0	A meta estabelecida para o exercício 2016 foi de conceder cerca de 212 créditos instalação, dentro da estrutura de novos créditos do INCRA. Como não houve operacionalização de Crédito instalação, e o indicador apresenta no nível de agregação, em termos de crédito produtivo, os PRONAF's contratados, que foram da ordem de 421 operações. Temos como MEMÓRIA DE CÁLCULO Meta realizada em 2015, as 421 operações de PRONAF's contratadas. Para Meta 2016, estima-se a realização de 3645, créditos Fomento mulher, e 2000 créditos fomento, operação I.
Ano	Meta	Realizado								
2016	~4.200	~800								
2017	~4.000	0								

Índice de provimento de assistência Técnica – 97,25%

Gráfico	Análise do indicador de desempenho apresentado no gráfico									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>~12.450,00</td><td>~12.150,00</td></tr><tr><td>2017</td><td>~12.150,00</td><td>0</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	~12.450,00	~12.150,00	2017	~12.150,00	0	Meta do exercício 2016 foi de 12.149 famílias atendidas com assessoria técnica, foi realizado o atendimento para 12.149 famílias até o mês de maio, onde ocorreu a suspensão dos serviços. A meta definida para o exercício de 2016, refere-se a nova contratação dos serviços para atendimento das famílias assentadas no Estado. MEMÓRIA DE CÁLCULO O cálculo do índice de provimento em ATES, de cerca de 97,25% foi aferido em função do número de famílias atendidas (12.149) e do total de famílias assentadas no Estado da Paraíba até o 31/12/2015, excetuando-se as já tituladas. (Cerca de 12.493 famílias) Fonte: SIPRA
Ano	Meta	Realizado								
2016	~12.450,00	~12.150,00								
2017	~12.150,00	0								

Índice de parcelas supervisionadas

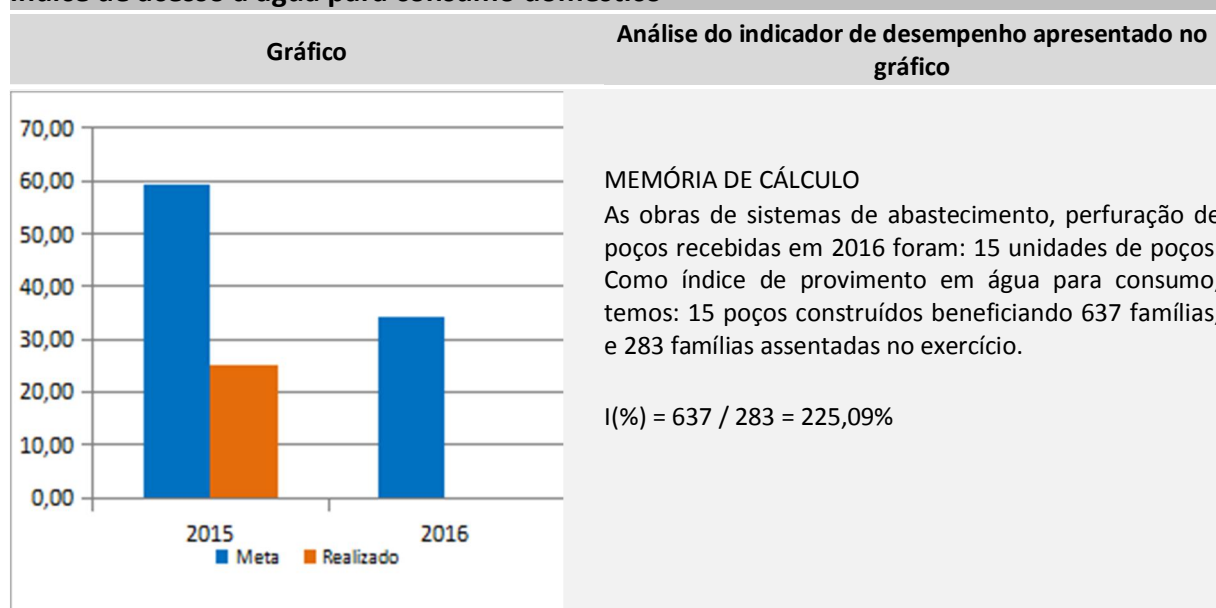


Índice de consolidação de assentamentos – 2016 – 0,00%



vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Índice de acesso à água para consumo doméstico



viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Não se aplica a esta Superintendência Regional.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Não se aplica a esta Superintendência Regional.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

No exercício de 2016 não houve auditoria na Superintendência Regional da Paraíba, portanto não temos resultados a expor, recomendações e/ou providências.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

A Superintendência mantém reuniões permanentes do Comitê de Decisão Regional – CDR, composto pelos Chefes das Divisões para discutir o andamento da execução realizada e o aprimoramento da gestão, visando à maximização da força de trabalho com a escassez de recursos e pessoal. Além dessas reuniões, mantemos o Sistema de Informações Rurais – SIR, com o monitoramento da execução mensal das atividades. Visando melhorar a qualidade das informações a Superintendência vem realizando reuniões periódicas de planejamento e análise sobre o processo de coleta e alimentação dessas informações no SIR – Sistema de Informações Rurais que tem por objetivo concentrar as informações da execução física do Órgão.

O alvo principal das reuniões é o acompanhamento contínuo da execução e sempre vinculado ao comparativo com as metas traçadas e o Plano de Ação do Órgão, para mantermos sintonia entre os planejamentos global (Sede) e intermediários (Superintendência).

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

A Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, que estabeleceram diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, ao monitoramento das ações sob responsabilidade da Superintendência. Os dados coletados sobre a execução física são inseridos no Módulo pelos Asseguradores de Planejamento até o 10º dia do mês seguinte à execução, e os Superintendentes Regionais validam as informações inseridas até o 15º dia do mês.

Aprimoramos esse controle e monitoramento da execução disciplinando através de Ordem de Serviço designando a responsabilização individual e o envio de cada informação mensalmente, inclusive com a fixação de prazos para envio e análise das informações. No exercício de 2016, realizamos uma Oficina de capacitação para todos os asseguradores de informações, no sentido de

acompanharmos mais de perto a nossa execução e entender melhor todo o processo de coleta e alimentação das informações no módulo de monitoramento.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

O INCRA está permanentemente tentando aprimorar os mecanismos de controle, seja através dos diversos sistemas de monitoramento, que auxiliam na construção de relatórios gerenciais que produzem informações para a alta administração e para o público interno e externo, seja na descentralização do planejamento e estipulação das metas a serem cumpridas e monitoradas tanto pela Sede quanto pelas Superintendências Regionais.

O planejamento para controle e monitoramento dessas metas e ações precisa estar melhor acabado, pois hoje a ênfase está apenas no planejar, precisa aprimorar o meio do caminho, ou seja, o monitoramento da execução física, trazendo cada vez mais para dentro deste contexto os servidores responsáveis pelas execuções. Neste sentido, a Superintendência na Paraíba vem atuando fortemente junto aos servidores e especialmente aos asseguradores de informações, no sentido de acompanharmos todo o processo de monitoramento da nossa execução física.

Estamos realizando reuniões periódicas de avaliação e aprimoramento de nossas rotinas, visando sempre melhorar a qualidade das informações.

Hoje o Órgão tem metas e ações bem claras e objetivas, mas não conta com uma avaliação de risco segura e eficaz que garanta ou não o cumprimento delas. Diante da deficiência e ausência dessas informações e mais interatividade com o corpo de funcionários, muitas vezes a execução é prejudicada razão pela qual muitas vezes causa o não atingimento da meta física pactuada.

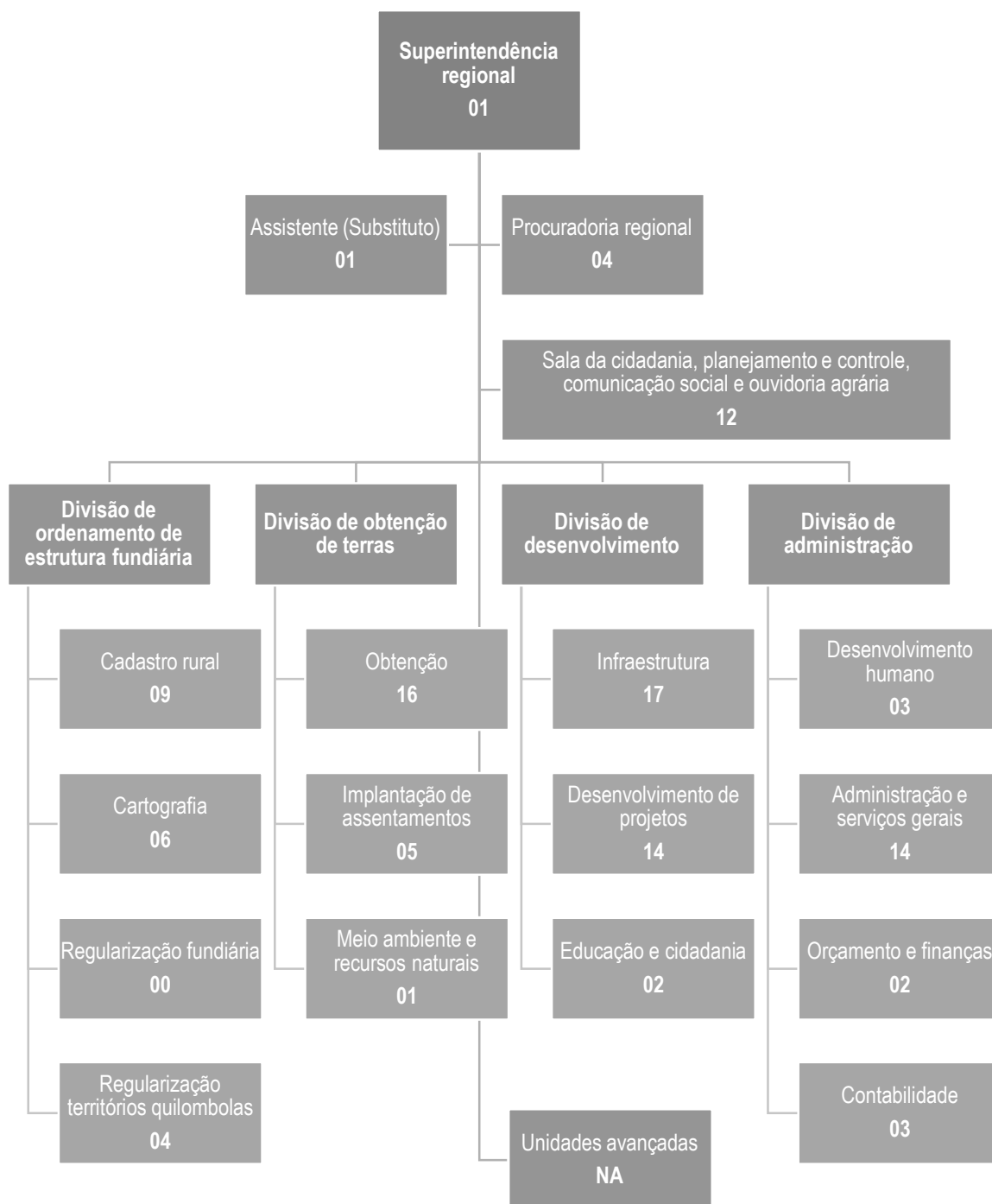
Temos um bom monitoramento, mas precisamos trabalhar no aprimoramento das atividades meio (interatividade da direção com corpo funcional e a permanente discussão do que foi planejado) para atingirmos mais facilmente o “fim proposto” de forma segura e objetiva.

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



A estrutura regimental, as atribuições e competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária correspondiam no exercício de 2016 ao estabelecido pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, revogado pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2007, com a estrutura organizacional definida no Regimento Interno aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009.

O organograma representado na figura 5.1.1. demonstra a estrutura da Superintendência, estabelecida pelo Regimento Interno da autarquia, que prevê funções vinculadas diretamente ao Gabinete da Superintendência, representadas pela Sala da Cidadania, Serviço de Planejamento e Controle, Comunicação Social e Ouvidoria Agrária Regional. Já as demais funções desempenhadas pela Superintendência estão vinculadas às seguintes Divisões: Divisão de Administração, Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Divisão de Obtenção de Terras.

A Superintendência conta ainda com uma unidade da Procuradoria Federal Especializada, a quem promover a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes da unidade no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados. Nela atuam 2 (dois) procuradores da Advocacia-Geral da União em exercício descentralizado.

A Superintendência Regional do Incra na Paraíba ao final do exercício de 2016 contava com um quadro de 107 (cento e sete) servidores ativos, 2 servidores em exercício descentralizado e 5 (cinco) ocupantes de cargos em comissão e assessoramento (DAS) de livre nomeação, distribuídos de acordo com a necessidade de serviço, área de formação e cargo ocupado na instituição.

Na tabela a seguir é demonstrada a distribuição dos servidores em termos absolutos e percentuais entre as unidades da estrutura regimental. Como pode ser observado, há um equilíbrio no quantitativo de pessoal designado para cada área da Superintendência, entretanto tal distribuição não garante que cada uma das atribuições estabelecidas para a regional seja desempenhada por servidores designados exclusivamente para esse fim, havendo acúmulo de tarefas em determinadas áreas específicas.

Tabela 1 – Quantitativo de servidores ativos lotados na SR(18)PB

Área	Servidores Ativos	Ocupantes DAS ¹	% do Total
Gabinete	12	2	12,50
Divisão de Administração	21	1	19,64
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	19	0	16,96
Divisão de Desenvolvimento	33	0	29,46
Divisão de Obtenção de Terras	20	2	19,64
Procuradoria Federal Especializada ²	2	0	1,79
Total	107	5	100,00

¹Foram considerados apenas os ocupantes de DAS que não são servidores ativos das carreiras do Incra.

²Não foram contabilizados os servidores da AGU em exercício descentralizado já mencionados no texto e incluídos no organograma.

Em relação ao exercício anterior houve uma redução no quadro de pessoal devido a aposentadoria de 9 (nove) servidores ao longo do exercício. Tal fato só não teve maior impacto nas atividades da Superintendência Regional em virtude da chegada de 6 (seis) servidores removidos de outras regionais.

A possibilidade de aposentadoria de servidores nos próximos exercícios é preocupante para a gestão, especialmente considerando que 37 (trinta e sete) servidores já percebem abono de permanência, o que corresponde a 34,58% da força de trabalho da unidade.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Para a execução do Plano Orçamentário 01 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da ação orçamentária 2000 – Administração da Unidade havia a previsão inicial no Plano de Metas e Crédito Orçamentário de 2016 de descentralização de créditos no valor de R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais), para a capacitação de 23 (vinte e três) servidores.

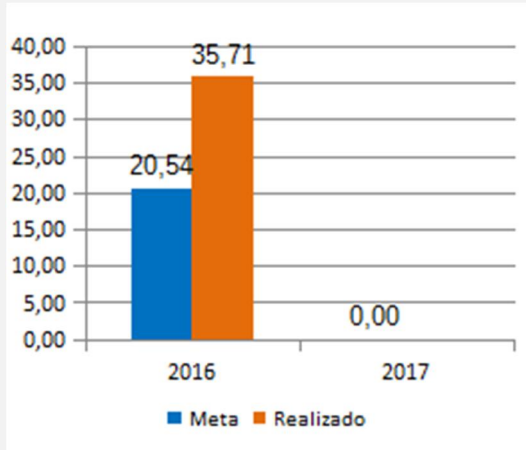
Diante da limitação imposta pela previsão orçamentária a Superintendência Regional adotou como prioridade a realização de evento de capacitação que proporcionasse a redução das despesas com deslocamento e fosse capaz de beneficiar o maior número possível de servidores. Nesse sentido foi formalizado Termo de Execução Descentralizada com o Centro Regional da Escola de Administração Fazendária em Pernambuco – Centresaf/PE para organização de curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Além disso, foi estimulada a participação de servidores em cursos gratuitos e à distância ofertados pelas escolas de governo e proporcionada a participação em eventos específicos, definidos de acordo com as necessidades apresentadas pelos diversos setores da regional ou atendendo a orientações da diretoria da autarquia.

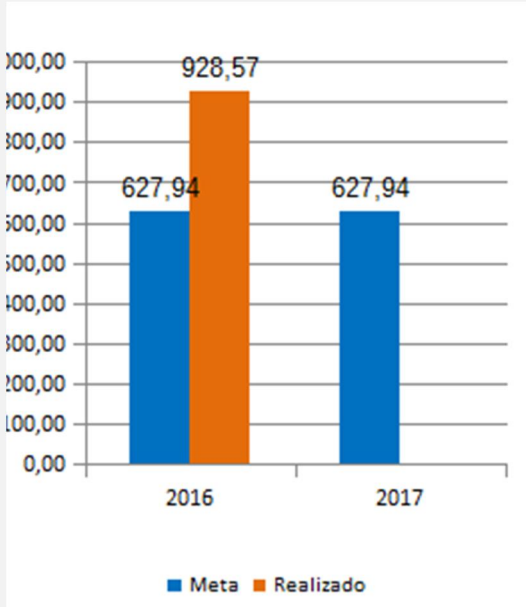
Nesse contexto, foram proporcionadas 40 (quarenta) oportunidades de capacitação, que resultaram em 1.040 (mil e quarenta) horas de aprendizagem ao longo do exercício de 2016. Esses números representam um aumento em termos absolutos e percentuais em relação ao obtido no exercício anterior, entretanto ainda não é considerado o ideal para garantir a qualificação continuada dos servidores e a melhoria dos serviços prestados pela unidade.

A seguir são apresentados os indicadores de gestão elaborados pela diretoria do Incra com o objetivo de mensurar o alcance do objetivo estratégico definido como “*Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras*”.

Índice de abrangência de capacitação

Gráfico	Análise									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>20,54</td><td>35,71</td></tr><tr><td>2017</td><td>-</td><td>0,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	20,54	35,71	2017	-	0,00	A definição da meta de servidores a serem capacitados foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa do Incra, bem como a previsão de crédito disponível para as atividades previstas pela Superintendência. Diante do limite imposto pela disponibilidade de recursos foram buscadas alternativas para otimização dos gastos, o que resultou na superação da meta estabelecida em 73,86%, como demonstrado na figura ao lado, com a oferta de 40 oportunidades de capacitação aos servidores. Não há meta definida para o exercício de 2017, mas o ideal seria a capacitação de 100% dos servidores.
Ano	Meta	Realizado								
2016	20,54	35,71								
2017	-	0,00								

Índice de horas de capacitação

Gráfico	Análise									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>627,94</td><td>928,57</td></tr><tr><td>2017</td><td>627,94</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	627,94	928,57	2017	627,94		O índice de horas de capacitação representa em termos percentuais o número de horas de aprendizagem proporcionadas durante o exercício (1040), dividido pelo total de servidores da Superintendência (112). Considerando que o cálculo da meta leva em consideração a média dos últimos três anos houve um avanço significativo no último ano. No entanto, ao avaliar em termos absolutos o número de horas de capacitação por servidor, correspondente a 9,28 horas, verifica-se que as ações foram insuficientes para garantir a qualificação continuada dos servidores.
Ano	Meta	Realizado								
2016	627,94	928,57								
2017	627,94									

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012, que regulamentam o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, o Incra disponibiliza as informações sob sua responsabilidade para o fortalecimento do direito a informação e como forma de materializar o princípio da transparência pública, por meio do endereço eletrônico da instituição, mais especificamente no link denominado Serviço de Informação ao Cidadão (<http://www.incra.gov.br/SIC>).

O Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) é o canal para solicitar pedidos de dados, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação, que deve conter:

- nome do requerente;
- número de documento de identificação válido;
- especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

A **versão eletrônica** do SIC é o [e-SIC](#), onde o cidadão pode se cadastrar e encaminhar suas questões a qualquer órgão federal.

Caso seja da preferência do solicitante **demandar a informação pessoalmente** é necessário dirigir-se ao protocolo de qualquer unidade do Incra nos estados, munido de documento de identificação válido e preencher respectivo formulário para pedido de acesso à informação: Formulário para Pessoa Natural ou Formulário para Pessoa Jurídica. O protocolo da Superintendência Regional do INCRA na Paraíba realiza atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

O atendimento ao público, além do e-SIC, pode ser feito também via e-mail sic.lai@incra.gov.br e pelo telefone: **(61) 3411-7322**.

De acordo com as informações extraídas de relatório gerado pelo sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, referente ao período de Janeiro a Dezembro de 2016, foram apresentados 669 (seiscentos e sessenta e nove) pedidos ao Incra, dos quais 626 (seiscentos e vinte e seis) foram respondidos e 43 (quarenta e três) tramitados fora do prazo. As características dos pedidos são demonstradas no quadro a seguir.

Quadro 9 - Características dos pedidos de acesso à informação

Total de perguntas:	1077	Total de solicitantes:	507
Perguntas por pedido:	1,78	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	14
		Solicitantes com um único pedido:	429

Fonte: e-SIC

Já os principais temas mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) são detalhados no quadro abaixo.

Quadro 10 – Temas mais requeridos de informações

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Agricultura, extrativismo e pesca - Organização agrária	214	31,99%
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Habitação	67	10,01%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura familiar	65	9,72%
Pessoa, família e sociedade - Comunidade e sociedade	42	6,28%
Justiça e Legislação - Justiça	36	5,38%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	33	4,93%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	27	4,04%
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	23	3,44%
Governo e Política - Administração pública	16	2,39%
Agricultura, extrativismo e pesca - Política agrícola	14	2,09%

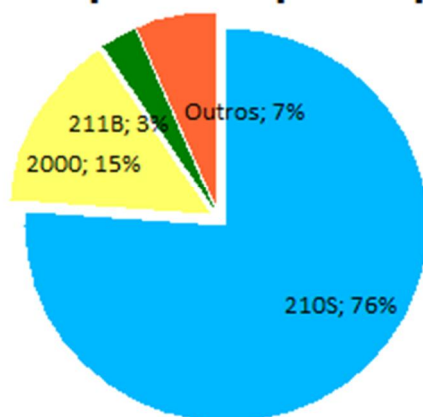
Fonte: e-SIC

O Incra disponibiliza para o público relatório de atendimento do SIC, conforme orientação da CGU. Para acessar é apresentado na página da autarquia na internet o seguinte link: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

Principais Despesas por Ação



Quadro 11 - Principais despesas liquidadas por ação de governo (em milhares de reais)

Ação de Governo	2015	2016	2017
210S – Assistência Técnica e Extensão Rural	21.136,745	10.357,133	-
2000 – Administração da Unidade	1.995,633	1.979,466	-
211B – Obtenção de Imóveis Rurais	1.918,619	386,081	-
Outras ações	1.904,750	895,128	-
Total	26.955,747	13.617,808	-

Como demonstrado no quadro acima houve uma redução significativa das despesas liquidadas no exercício de 2016 quando comparadas ao exercício anterior, especialmente em virtude da suspensão dos contratos de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Quadro 12 - Principais despesas da Ação 2000 no exercício de 2016 (em milhares de reais)

Plano Orçamentário	2015	2016
0001 – Capacitação de Servidores	13,446	44,552
0002 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	280,531	95,037
0003 – Despesas Administrativas Gerais	1.701,655	1.839,876
Total	1.995,633	1.979,466

As despesas da ação 2000 – Administração da Unidade correspondem aos gastos com a manutenção da unidade, suporte as atividades finalísticas, distribuição de cestas básicas, além de englobar os recursos utilizados para a capacitação de servidores. Dessa forma, do total de despesas liquidadas, o montante de R\$ 1.839.876,34 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos) corresponde aos gastos com despesas administrativas gerais (Plano Orçamentário 0003), que incluem o pagamento pelos serviços: de vigilância, limpeza, apoio administrativo, copeiragem (ND 339037); e telefonia fixa, abastecimento de água e coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica e serviços de manutenção predial (ND 339039).

Quadro 13 - Principais despesas liquidadas por natureza de despesa (em milhares de reais)

Natureza de Despesa (ND)	2015	2016	2017
339039 – Outros Serviços de Terceiro - PJ	21.044,148	10.436,910	-
459061 – Aquisição de Imóveis	2.598,934	194,650	-
339037 – Locação de Mão de Obra	1.395,651	1.316,260	-
339014 – Diárias Pessoal Civil	867,051	814,834	-
Outras Naturezas de Despesa	1.049,965	855,155	-
Total	26.955,747	13.617,808	-

Ao considerar a natureza das despesas (ND) é possível constatar que a maior parte dos gastos correspondem a modalidade de aplicação direta (90), com o pagamento por serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas (39). Tal resultado é devido a forma de execução da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural que prevê a contratação de empresas prestadoras de serviços, acrescido do valor despendido para suporte às atividades administrativas.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-18---para-ba
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-18---para-ba
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-18---para-ba
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-18---para-ba
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-18---para-ba
Demonstração 6 – Notas Explicativas	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-18---para-ba

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

No exercício de 2016, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento, foram emitidos 2.850 cartões da modalidade Apoio Inicial e 3.052, da modalidade Fomento Mulher. Foram realizadas 4.220 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 10.128.000,00 e 5.893 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 17.679.000,00.

O quantitativo de beneficiários que recebeu Crédito Instalação foi maior do que o número de cartões emitidos, pois apesar de alguns terem recebido o cartão em 2015, somente tiveram crédito concedido em 2016.

No exercício de 2016, o saldo da conta – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 5.736.102.346,82, representando uma redução de R\$ 149.358.310,02 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 5.885.460.656,84. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, na sede da Autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa a capacitação de servidores das 30 (trinta) Superintendências Regionais, divididos em duas turmas. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo Cobrança do SNCCI, especificamente, na emissão de GRU cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, inclusive, participaram do treinamento alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 5.560 Guias de Recolhimento da União – Cobrança, relativo aos Créditos Novos, vencíveis em 2016. Deste total, 5.175 foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,92%.

Ao longo de 2017, o módulo Cobrança do SNCCI evoluirá para atender as exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU - Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da cobrança e a contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

Em relação à Cobrança do Crédito antigo, o Módulo Cobrança do SNCCI ainda não foi evoluído para atender esta finalidade, tendo em vista que a Lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente

pelas Superintendências Regionais, funcionalidade esta disponibilizada desde 2014, a partir das capacitações que foram realizadas em todo o País.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

A conta 1.2.1.2.1.98.08 – Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016, o saldo final da conta era de R\$ 79.358.981,17.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia Legal, enquanto, a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referente aos títulos de parcelas de PA's.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET, juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o Sistema Nacional de Titulação fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém, tal proposta foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e, por isso, está suspensa. A idéia então é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Não foram emitidas deliberações pelo TCU durante o exercício de 2016.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não foram encaminhadas recomendações pelo CGU durante o exercício de 2016.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Não foi necessária a adoção de providências administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário por não ter sido verificada nenhuma situação em que se aplicassem tais medidas.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

No tocante ao cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, quanto ao *“pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente”*, compete registrar que a rotina da unidade prevê a apropriação das despesas e elaboração de programação financeira submetida à apreciação da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – DAF, que detém a atribuição de coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos, bem como os instrumentos contratuais quanto aos seus aspectos financeiros.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Quadro 14 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
3	Procedimentos de controle					

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Legenda dos valores						
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2- Resultado do atendimento ao público externo

A Sala da Cidadania Digital é uma central de serviços e informações que visa a facilitar o acesso dos(as) beneficiários(as) da Reforma Agrária e dos proprietários rurais aos serviços prestados pelo INCRA.

São dois tipos básicos de Sala da Cidadania: a Sala da Cidadania Digital e a Sala da Cidadania Física.

As salas da cidadania físicas localizam-se nas superintendências regionais do INCRA e nas prefeituras e entidades da sociedade civil parceiras.

A Sala da Cidadania Digital está disponível em <http://saladacidadania.incra.gov.br/>.

O Sistema Sala da Cidadania Digital reúne os seguintes serviços:

- Certidão do(a) Assentado(a) on line;
- Atualização Cadastral on line para alguns dados e com abertura de Demanda para atualizar outros dados;
- Solicitação de emissão de DAP (B);
- Acesso à Guia de Recolhimento – GRU/Boleto Bancário referente às dividas do Crédito Instalação (Decreto 8256/2014), contraídas pelo beneficiário(a);
- Espelho do(a) Beneficiário(a) contendo comunicado, para os casos específicos, sobre os indícios de irregularidades no PNRA e as providências a serem tomadas pelo(a) beneficiário(a) titular 1 e 2 (unidade familiar);
- Abertura de demanda, para atualização de dados e informações dos membros da unidade familiar, que serão direcionadas para as áreas competentes nas Superintendências Regionais, com prazos de atendimento a tais demandas devendo ser compatíveis com os estabelecidos na Lei de Acesso à Informação;
- Informações sobre as dividas contraídas dos Créditos Pronaf A, A/C, dos beneficiários(as) do PNRA, junto ao Banco da Amazônia – BASA. Posteriormente, serão disponibilizadas as informações sobre as dívidas contraídas junto ao Banco do Brasil e Banco do Nordeste, visto que tratativas estão sendo feitas para disponibilizar os dados via Sala Digital, bem como as dívidas do Crédito PROCERA;
- Atualização automática junto ao Sistema SIPRA, de alguns dados no formulário AtualCad do Sala Digital;
- Acompanhamento pelo(a) beneficiário(a) sobre a situação de demanda aberta via sistema Sala Digital;
- Interface do servidor do Incra, na Superintendência Regional, com o beneficiário(a), por meio de mensagem eletrônicas (email), para requerer complementação de

informações e dados, bem como informar ao beneficiário(a) sobre a conclusão da demanda aberta pelo Sala Digital;

- Validador de documentos com disponibilização do teor da Certidão do(a) Beneficiário(a), via on line, para verificação junto a outras instâncias;
- Relatórios gerenciais para os gestores do Incra sobre a situação de cada demanda apresentada;
- Os proprietários rurais podem solicitar a emissão da Comprovação de Atividade Rural, do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), fazer a Consulta de Autenticidade do CCIR, além de contar com acesso à Declaração Eletrônica de Cadastro para atualização cadastral de imóveis rurais, ao Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) e ao site da Receita Federal que contém informações a respeito do Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR).

Os serviços são disponibilizados tanto por meio da Sala da Cidadania Digital quanto nas Salas da Cidadania físicas, existentes nas unidades do Incra ou participantes da rede parceira, tais como, prefeituras, cooperativas, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil.

Durante o exercício de 2016 foram realizadas atendidas as seguintes demandas pelo Sistema Sala da Cidadania Digital no estado da Paraíba: 2863 (duas mil, oitocentos e sessenta e três) atualizações cadastrais de assentados da reforma agrária; 36 (trinta e seis) DAP emitidas; e 244 (duzentas e quarenta e quatro) certidões emitidas para comprovação junto ao INSS.

Embora a maior parte dos atendimentos seja realizada presencialmente, na Sala da Cidadania localizada na sede da Superintendência Regional do Incra na Paraíba não há dados sistematizados sobre as demandas apresentadas.

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/HA)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
1.275,25	271,35	1.216,99
Memória de cálculo:		
Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (170.950,53 - Fonte: Relatório de Execução) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (630,00 - Fonte: Plano de metas 2016).		
Meta 2017: Média dos últimos 3 anos.		

Índice de PAs com regularização ambiental requerida CAR (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
8,53	74,71	33,43
Memória de cálculo:		
Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (195 - Fonte: SERVIÇO DE MEIO AMBIENTE) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (261 - Fonte: SERVIÇO DE MEIO AMBIENTE) multiplicado por 100.		
Meta 2017: Média dos últimos 3 anos.		

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta
20,54	35,71	0,00
Memória de cálculo:		
Meta 2016: Meta capacitação (23 – Fonte: Plano de Metas 2016) dividido pelo total de servidores da jurisdição da SR (112 – Fonte: Siape)		
Realizado 2016: Número de servidores que participaram de atividades de capacitação (40 – Fonte: SIR 2016) dividido pelo total de servidores da jurisdição da SR (112 – Fonte: Siape)		
Meta 2017: Plano de Metas para o exercício de 2017 ainda não estabelecido.		

Índice de horas de capacitação (%)		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta
627,94	928,57	627,94
Memória de cálculo:		
Meta 2016: Média obtida nos últimos 3 (três) anos, incluindo o exercício avaliado por indisponibilidade de dados de anos anteriores.		
Realizado 2016: Número total de horas de treinamento recebidos pelos servidores (1040 – Fonte: SIR 2016) dividido pelo total de servidores da jurisdição da SR (112 – Fonte: Siape)		
Meta 2017: Média dos 3 (três) anos anteriores.		